



“Aprender a dominar é fácil,
mas a governar é difícil.”

Johann Goethe



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube



Raphael Ribeiro/BC

Galípolo: Alto endividamento das famílias não é pelos juros, mas pelo acesso a mais crédito

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou que o avanço do crédito e o aumento do endividamento das famílias estão diretamente ligados. “Não dá para ficar contente com uma notícia de que o crédito cresceu e depois reclamar que o endividamento cresceu”, disse no evento Febraban Tech 2026.

Preocupação do BC

O cartão de crédito está entre os principais pontos de preocupação do Banco Central. Atualmente, o país tem 96 milhões de usuários dessa modalidade, dos quais 52,8 milhões possuem dívidas no rotativo ou em parcelamentos com juros. A taxa cobrada no rotativo pode chegar a 15,1% ao mês.

Efeito colateral do pix

O avanço positivo do uso do Pix trouxe, no entanto, um efeito colateral negativo. Com as abertura de contas bancárias para se ter o Pix, milhares de pessoas que não tinham cartão de crédito passaram a ter o benefício de forma fácil, ágil e sem burocracia. Os analistas econômicos apontam que isso induziu as famílias ao descontrole de gastos e, assim, ao endividamento.

Bets causam prejuízo ao PIB cinco vezes maior do que tarifaço de Trump

Um estudo do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), com base em estatísticas de pagamentos do Banco Central, estima transferência líquida de recursos em R\$ 62,5 bilhões em 2025 para as plataformas on-line de apostas. Usando essa informação como subsídio, o economista Guilherme Klein, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP), calculou o impacto das bets sobre o Produto Interno Bruto (PIB, soma de bens e serviços produzidos pelo país), a arrecadação do governo e a desigualdade. Segundo o estudo, as apostas retiraram entre R\$ 120 bilhões e R\$ 141 bilhões da atividade econômica brasileira em 2025, o que equivale a cerca de 0,9% a 1,1% do PIB daquele ano. O economista aponta que a perda estimada corresponde a algo entre 40% e 50% de todo o crescimento da economia em 2025, que foi de 2,3%, é cerca de cinco vezes maior que estimativas do impacto do tarifaço americano sobre o PIB brasileiro.



Jackson Alves/Agência Brasil

Ex-chefe de gabinete de Lula deixa conselho da Terracap



Redes Sociais/Reprodução

Investigado pela PF, Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola, ex-chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), não foi reconduziu ao cargo no conselho administrativo da Terracap, empresa pública do Distrito Federal. O mandato dele, como representante da União, tinha terminado em abril, mas até o mês passado, permanecia como membro e participando das decisões. No entanto, o governo federal, um dos acionistas da Terracap, informou oficialmente que Marcola não é mais servidor da presidência e, portanto, não tem mais a indicação para o conselho da empresa.

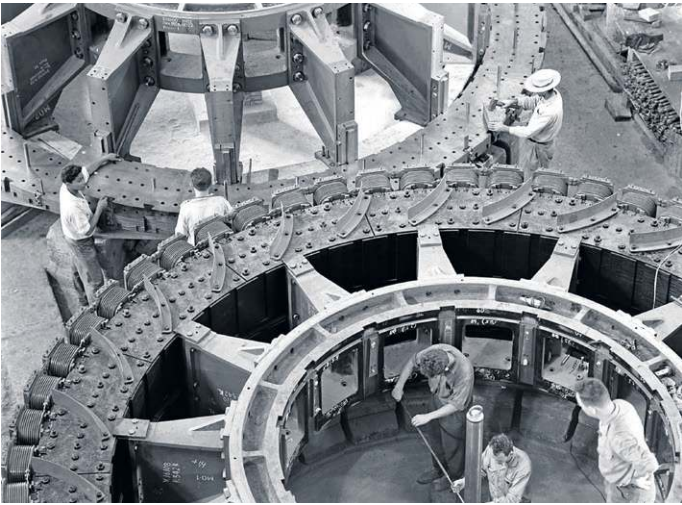
Fraudes no INSS

Marcola deixou a função na presidência da República depois que teve o nome envolvido nas investigações sobre a ligação de Lulinha, filho do presidente Lula, com Antônio Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”.

Licitação para gerir Fundo Imobiliário de Goiás

O governo de Goiás espera arrecadar pelo menos R\$ 1,8 bilhão com o Fundo de Investimento Imobiliário do Estado nos próximos anos. O leilão para contratar os gestores do fundo está programado para hoje, e o valor previsto da licitação é de R\$ 77 milhões. Os estudos técnicos realizados pelo IBAP (Instituto Brasileiro de Administração Pública) estima que o Valor Global de Vendas (VGV) dos imóveis é de R\$ 12,3 bilhões. O fundo será criado com um patrimônio inicial de 17 imóveis com valor de mercado de R\$ 834 milhões. Foi constituído em junho para rentabilizar terrenos e construções estaduais sem uso, superando custos de manutenção e gerando recursos por meio de locação ou desenvolvimento imobiliário.

Imagens que contam a história da industrialização no Brasil



Hans Gunter Flieg

No começo dos anos 1940, em meio a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, o fotógrafo Hans Gunter Flieg (1923-2024), alemão de família judia, desembarcou em São Paulo. Ele fugia do regime nazista e se tornaria um dos principais nomes da fotografia do país, dedicando a carreira a registrar a industrialização do Brasil, especialmente de São Paulo. Agora o Sesi Lab e o Instituto Moreira Salles (IMS) contam a trajetória na exposição “Flieg. Tudo que é sólido”, que reúne cerca de 180 fotografias realizadas até os anos 1980. A exposição conta com apoio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e do Ministério da Cultura, e entra em cartaz a partir de 2 de setembro.

Operação Compliance Zero

Com aprovação da assembleia geral, Banco de Brasília poderá cobrar na Justiça eventuais prejuízos causados por decisões relacionadas ao Master/Reag. Medida ocorre em meio às investigações sobre a fraude bilionária na instituição

Punição para ex-dirigentes do BRB

» ANA CAROLINA ALVES

O Banco de Brasília (BRB) poderá ajuizar ações de responsabilização civil contra ex-administradores que venham a ser identificados como responsáveis por eventuais prejuízos causados à instituição em operações relacionadas ao ecossistema Master/Reag. A autorização foi aprovada, ontem, por maioria de votos, durante Assembleia Geral Extraordinária (AGE). A Reag Investimentos era um braço do Banco Master que também foi liquidada pelo Banco Central.

Ao **Correio**, o presidente do banco, Nelson de Souza, afirmou que a autorização é uma medida necessária. “É procedimental, pois, caso contrário, não teríamos como buscar nenhuma solução civil no aso de ação ou omissão de ex-gestores no caso BRB/Master”, explicou.

A decisão permite que o BRB avance nas medidas necessárias, caso as apurações identifiquem condutas de ex-administradores que tenham provocado danos ao patrimônio da instituição. A autorização, no entanto, não significa que os responsáveis

Divulgação/BRB



BRB afirma, em nota, que a aprovação da medida reforça o compromisso com a transparência e a governança

tenham sido identificados/responsabilizados ou que tenha sido reconhecida a existência de irregularidades cometidas por essas pessoas.

A governadora Celina Leão (PP) defendeu a decisão. “Eu acho correto. Quem fez coisa errada tem que ser responsabilizado. As pessoas que tomaram decisões erradas, que causaram um prejuízo a toda a população do Distrito Federal, precisam ser punidas”, afirmou. Celina disse que a

medida foi acompanhada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF). “Acho que quem fez algo que causou algum prejuízo ao banco tem que responder por isso”, afirmou.

Segundo o BRB, a medida está prevista no artigo 159 da Lei nº 6.404/1976, que trata da possibilidade de a companhia buscar judicialmente a reparação de prejuízos causados por administradores. “A deliberação durante a AGE é um rito

procedimental essencial para que sejam continuadas as apurações de responsabilidade por parte da Polícia Federal e demais órgãos investigativos”, afirmou o banco, em nota.

A decisão ocorre em meio às investigações que envolvem operações relacionadas ao ecossistema Master/Reag e que são alvo de apurações da Polícia Federal. O BRB informou que a autorização aprovada pelos acionistas tem como objetivo permitir que eventuais

responsabilidades sejam apuradas e, caso sejam comprovados prejuízos e condutas passíveis de responsabilização, que o banco possa buscar judicialmente o ressarcimento dos valores.

Governança

Em nota, o BRB afirmou que a aprovação da medida reforça o compromisso da instituição com a transparência e a governança. O banco destacou a defesa dos interesses de seus acionistas e a possibilidade de buscar a recomposição de eventuais danos provocados ao patrimônio da instituição.

A instituição financeira reiterou que as decisões relacionadas aos investimentos de sua carteira são tomadas com base em “critérios técnicos, regulatórios e de proteção ao interesse de seus acionistas e stakeholders”, sempre de acordo com as normas aplicáveis ao mercado de capitais.

Investigações

Na última semana, a Polícia Federal pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prorrogação, por mais 60

dias, do primeiro inquérito que apura as fraudes envolvendo o Banco Master. A solicitação foi encaminhada ao ministro André Mendonça e ocorreu após os investigadores identificarem novos possíveis envolvidos no esquema. A Operação Compliance Zero, que investiga as irregularidades, foi desdobrada em diferentes frentes. Nesta primeira etapa, o foco está na aquisição, pelo BRB, de títulos considerados sem lastro, podres.

Entre os investigados estão Daniel Vorcaro, dono do Banco Master; Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB; e diretores da instituição financeira. Paulo Henrique está preso desde 16 de abril, no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, conhecido como Papudinha, no Complexo Penitenciário da Papuda.

O ex-presidente do BRB foi afastado do cargo em novembro de 2025 pelo então governador Ibaneis Rocha, após a primeira fase da Operação Compliance Zero. Desde então, passou a ser investigado por suspeitas relacionadas ao descumprimento de normas de governança e à autorização de operações envolvendo o Banco Master, incluindo a aquisição de ativos sem lastro.

Pedido de prorrogação de contrato com TJBA

O BRB pediu a prorrogação do contrato com o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) para a administração de novos depósitos judiciais “até a recomposição patrimonial” da instituição. O acordo está previsto para terminar em 27 de agosto.

Segundo o TJBA, a mudança faz parte do projeto Depósito Seguro,

criado pela Corte baiana para modernizar a gestão dos recursos depositados em processos judiciais e ampliar o controle sobre os sistemas e dados relacionados às movimentações. Com o fim do contrato, novos depósitos e bloqueios judiciais deverão ser direcionados exclusivamente à Caixa Econômica Federal.

A partir do dia 28, a Caixa passaria a receber os novos depósitos judiciais e os bloqueios realizados por meio do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud). A mudança, segundo o tribunal, será feita de forma gradual, com uma etapa de transição destinada a garantir a continuidade dos serviços e evitar

impactos para magistrados, advogados e partes dos processos.

Os valores que estão depositados no BRB não serão transferidos imediatamente. Com o encerramento do contrato, o banco deixará de receber novos depósitos judiciais, mas os recursos existentes continuarão disponíveis para as movimentações

previstas, inclusive o cumprimento de alvarás, até a conclusão do cronograma técnico de migração, que ainda será divulgado pelo TJBA.

O contrato teve início em 2021 com prazo de 60 meses, após o BRB vencer a licitação para a captação e administração dos depósitos judiciais, administrativos e fianças, bem

como dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor pelo TJBA. Em informações publicadas em 2022, o BRB divulgou que movimentou, de janeiro a junho daquele ano, R\$ 1 bilhão em pagamento de alvarás. Na época, a carteira de depósitos judiciais da instituição ultrapassava R\$ 10,1 bilhões.